

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS

MIUTA DE CONTRATO XX/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	925797-CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS	EDER RIBEIRO	27/04/2026 10:58 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		133/2026

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 133/2026)

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº xx/xxxx,

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL (Coren/MS) com sede no(a) Avenida Monte Castelo nº 269, bairro Monte Castelo, na cidade de Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.630.212001/10, neste ato representado (a) pelo (a) Presidente Dr. Leandro Afonso Rabelo Dias, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira Coren/MS n.175263-ENFe inscrito CPF: nº \*\*\*.490\*\*\*-7 e pelo seu Tesoureiro Sr. Patrick Silva Gutierrez, brasileiro, técnico de enfermagem, portador da carteira Coren/MS n. 219665-TE e inscrito no CPF nº \*\*.398.\*\*\*-0, ambos nomeados pela Decisão nº 140, de 22 de dezembro de 2023, publicada no DOU em 28 de dezembro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa "XYZ" - CNPJ: nº "01010101010101"

Endereço: "XYZ"; E-mail: "XYZ@XYZ" para envio de quaisquer comunicações formais;; Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, Optante pelo Simples: ( ) Sim ( ) Não, Contato: Telefone:(XX) XXXX-XXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por: CPF nº XXXXXXXXXXXX / RG nº XXXXX, Endereço: "XYZ", conforme contrato social ou outros documentos válidos apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 133/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90.XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos na prestação de serviços terceirizados para o fornecimento de profissionais na função de Assistente Administrativo(a), com atuação prioritária no Setor de Inscrição, Registro e Cadastro (SIRC), visando garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados ao público e das rotinas administrativas institucionais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

*1.3.2. O Edital da Licitação.*

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.34. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O *prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação oficial no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

*2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

*2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

*2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

*2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*

*2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*

*2.2.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal Cadin..*

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

*2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

*2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação, se houver, do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

*5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10.1. A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

**8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

**9.1.** O CONTRATADO deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da adequada e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as disposições a seguir:

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, ou por autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados;

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados;

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, não sendo tal responsabilidade reduzida pela fiscalização ou acompanhamento do CONTRATANTE, que poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, os valores correspondentes aos prejuízos apurados;

**9.5.** Na impossibilidade de verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- **9.5.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- **9.5.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- **9.5.3.** Certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- **9.5.4.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- **9.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho aplicáveis, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

**9.7.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente relacionado à execução do objeto;

**9.8.** Suspende, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com as normas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens;

**9.9.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**9.10.** Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme legislação vigente;

**9.11.** Comprovar, quando solicitado, o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item anterior;

**9.12.** Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;

**9.13.** Assumir o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

**9.14.** Cumprir todas as normas legais aplicáveis, inclusive as normas de segurança do CONTRATANTE;

**9.15.** Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e em número suficiente para a adequada execução dos serviços;

**9.16.** Executar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência;

**9.17.** Fornecer todos os recursos necessários à execução dos serviços, quando aplicável, observando padrões de qualidade e normas técnicas;

**9.18.** Executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, mantendo o ambiente de trabalho em condições adequadas de segurança, higiene e organização;

**9.19.** Submeter previamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações nos métodos de execução;

**9.20.** Cumprir as normas de saúde e segurança do trabalho;

**9.21.** Abster-se de submeter trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas ou trabalho forçado;

**9.22.** Observar a legislação relativa ao trabalho do menor, vedada a contratação irregular;

- 9.23. Não empregar menores em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;
- 9.24. Adotar medidas de prevenção e tratamento de casos de discriminação, assédio e violência no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto formalmente designado e aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A Administração poderá recusar o preposto mediante justificativa, devendo o CONTRATADO indicar substituto;
- 9.26. Não contratar, durante a vigência contratual, pessoas com vínculo de parentesco com agentes públicos envolvidos na contratação, conforme legislação vigente;
- 9.27. Garantir ao CONTRATANTE acesso às informações, documentos e locais relacionados à execução contratual;
- 9.28. Zelar pela guarda e conservação dos recursos utilizados na execução do contrato;
- 9.29. Assegurar condições adequadas de trabalho aos seus empregados;
- 9.30. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Coletiva – EPC, quando aplicável;
- 9.31. Organizar técnica e administrativamente a execução dos serviços de forma eficiente;
- 9.32. Orientar seus empregados quanto ao cumprimento das normas internas do CONTRATANTE;
- 9.33. Evitar desvio de função, instruindo seus empregados quanto às atividades contratadas;
- 9.34. Não utilizar empregados que possuam vínculo familiar com agentes públicos do órgão contratante, conforme Decreto nº 7.203/2010;
- 9.35. Disponibilizar empregados uniformizados e devidamente identificados;
- 9.36. Fornecer uniformes sem repasse de custos aos empregados;
- 9.37. Efetuar o pagamento dos salários por meio de depósito bancário, possibilitando a fiscalização;
- 9.38. Autorizar o desconto direto pelo CONTRATANTE em caso de inadimplência trabalhista;
- 9.39. Planejar e gerenciar adequadamente a jornada e férias dos colaboradores;
- 9.40. Implementar políticas de prevenção ao assédio e à discriminação, incluindo capacitação e canais de denúncia;
- 9.41. Comunicar ao CONTRATANTE ocorrências relevantes, especialmente casos de assédio ou discriminação;
- 9.42. Atender às solicitações de substituição de empregados quando necessário;
- 9.43. Viabilizar aos empregados acesso a informações sobre seus direitos trabalhistas e previdenciários;
- 9.44. Não se beneficiar indevidamente do regime do Simples Nacional, quando vedado por lei;
- 9.45. Realizar a transição contratual de forma adequada, quando aplicável;
- 9.46. Observar políticas de inclusão social, inclusive quanto à contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, quando aplicável;
- 9.47. Manter capital social compatível com a execução do contrato, conforme legislação vigente.

## **10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

**11.1.** As partes deverão observar integralmente a Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em relação a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que venha a ser firmado, desde a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

**11.2.** Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

**11.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

**11.4.** O CONTRATADO deverá informar à Administração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a celebração de quaisquer contratos de suboperação de dados pessoais.

**11.5.** Encerrado o tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, o CONTRATADO deverá eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da referida lei, inclusive nos casos de necessidade de guarda para comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, pelo prazo prescricional aplicável.

**11.6.** O CONTRATADO deverá orientar e capacitar seus empregados quanto aos deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.7.** O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por sua observância.

**11.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente às solicitações de comprovação.

**11.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais, inclusive quanto ao eventual descarte.

**11.10.** Os bancos de dados formados a partir da execução de contratos administrativos, especialmente aqueles que armazenem dados pessoais, deverão ser mantidos em ambiente seguro e controlado, com registro individual rastreável das operações de tratamento realizadas, incluindo identificação do usuário, data, horário e finalidade, nos termos do art. 37 da LGPD.

**11.10.1.** Os referidos bancos de dados deverão ser estruturados em formato interoperável, de modo a possibilitar sua reutilização pela Administração, nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.11.** O contrato poderá ser ajustado quanto aos procedimentos de tratamento de dados pessoais, conforme orientações da autoridade competente, especialmente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

**11.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.2.** *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**14.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o disposto no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente do cumprimento integral das obrigações pelas partes.

**14.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de inexistência de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o ajuste não mais se revela vantajoso.

**14.3.** Na hipótese do item anterior, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, assegurado prazo mínimo de 2 (dois) meses para ciência formal do CONTRATADO, observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133/2021 quanto à contagem do prazo.

**14.4.** O contrato poderá ser extinto antes da data de aniversário, por ausência de créditos orçamentários ou perda de vantajosidade, com ônus para o CONTRATANTE, nos termos do art. 138, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**14.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo fixado, por qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.6.** Aplicam-se às hipóteses de extinção as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

**14.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato, desde que não prejudique sua capacidade de execução.

**14.8.** Caso a alteração implique mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.9.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- **14.9.1.** balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- **14.9.2.** relação dos pagamentos efetuados e dos valores ainda devidos;
- **14.9.3.** apuração de eventuais indenizações e multas.

**14.10.** A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser devida indenização mediante termo próprio.

**14.11.** O inadimplemento de obrigações trabalhistas, inclusive o não pagamento de salários e verbas correlatas, bem como o não recolhimento de contribuições sociais, previdenciárias e do FGTS, poderá ensejar a extinção unilateral do contrato pelo CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**14.12.** O CONTRATANTE poderá conceder prazo para regularização das obrigações trabalhistas ou das condições de habilitação, desde que não constatada má-fé ou incapacidade de correção.

**14.13.** Na hipótese de extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de realocação dos empregados em outra atividade, sem interrupção do vínculo empregatício.

**14.14.** Até a comprovação do disposto no item anterior, o CONTRATANTE deverá reter:

- **14.14.1.** a garantia contratual, quando prestada com cobertura para obrigações trabalhistas e previdenciárias, podendo executá-la para ressarcimento de prejuízos à Administração; e
- **14.14.2.** os valores devidos ao CONTRATADO, em montante proporcional ao inadimplemento, até a regularização da situação.

**14.15.** Não havendo quitação das obrigações no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATADO deverá emitir as guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS e apresentá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento diretamente aos empregados envolvidos na execução contratual, deduzindo os valores dos créditos devidos ao CONTRATADO.

**14.16.** O CONTRATANTE poderá ainda:

- **14.16.1.** reter e executar a garantia contratual, nos casos de aplicação de multa;
- **14.16.2.** reter créditos do CONTRATADO para ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**14.17.** O contrato poderá ser extinto caso se verifique a existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil entre o CONTRATADO e dirigente, agente público ou fiscal do contrato, ou seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

**14.18.** O contrato poderá ser extinto em decorrência de alteração da convenção coletiva de trabalho que fundamenta a planilha de custos e formação de preços, quando constatado erro ou fraude no enquadramento sindical que resulte na necessidade de repactuação ou na imposição de ônus financeiro à Administração, inclusive por determinação judicial.



## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

a) Elemento de despesa: e

b) Nota de empenho:

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, Subseção Judiciária de Campo Grande, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser resolvidos por meio de conciliação, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDER RIBEIRO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 10:58:58.